

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE JUNHO DE 2007**-----

-----Aos dezoito dias do mês de Junho de dois mil e sete, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Francisco Manuel Maurício do Rosário, Maria Joana Vidinha Batista, José Carlos da Silva e Victor Manuel Petulante Pedro, em substituição do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----O executivo deliberou considerar justificada a falta deste último autarca.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - A Câmara deliberou aprovar a Acta da Reunião de vinte e um de Maio passado, por maioria, tendo-se absterido a Sr^a Vereadora Manuela Cunha por não ter participado na mesma.-----

-----Foram ainda introduzidas alterações à Acta de quatro de Junho.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, nos seguintes termos:-----

-----Voltou a solicitar que seja lavada a Rua Miguel Bombarda, em Almeirim, porque está pejada de dejectos de andorinha e é um foco de insalubridade.-----

-----Perguntou por que razão é lavada com detergente a Avenida

D. João Primeiro, em Almeirim, já que quando chove, toda a rua espuma, ao que foi respondido que a lavagem é feita apenas com água.-----

-----Sugeriu que a máquina de lavar pavimentos passe na Praceta do Santíssimo, em Almeirim, porque o pavimento está muito sujo.-

-----Disse que os serviços fizeram bem em cortar as árvores da mesma Praceta, mas não era preciso um corte tão grande.-----

-----Voltou a insistir na sua anterior proposta, para colocação de uma passadeira alteada a meio da Avenida D. João I, em Almeirim, para protecção dos peões, em especial das crianças e colocação de pinos na Praceta do Chapim, para evitar o estacionamento abusivo de viaturas.-----

-----Disse que ainda bem que a História evita trabalho à Câmara de ir buscar ossos a outro local para serem encontrados nas imediações do antigo Paço Real de Almeirim e ainda bem que foram tomadas medidas de arqueologia preventiva, porque a História encarregou-se disso, e a prova é que, com a primeira sondagem, foram encontrados dois esqueletos humanos junto às Escolas Velhas, bem como um muro de tijolo de burro, e tudo indicia que aquela zona, tal como quem percebe de História da terra augurava há muito, terá um interesse histórico particular. E espera que venham a ser encontrados mais elementos antigos e que este seja o primeiro sinal para se adoptarem medidas que considerem a obrigatoriedade de, em locais históricos definidos, se efectuarem sondagens e escavações arqueológicas com metodologia, por forma a tentar preservar os vestígios do passado glorioso que Almeirim teve.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que as escavações atrás invocadas e a que se referia a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, se reportam a sondagens na área do antigo Paço Real de Almeirim e envolvente construída, com alguns séculos de existência e, no caso particular, foram encontrados dois esqueletos, não sendo também isso de estranhar, uma vez que as actuais Escolas Velhas foram em tempos a igreja da Ordem Terceira e, como sabemos, os enterramentos nessa época situavam-se, em alguns casos, dentro das igrejas e noutros, nas imediações. Portanto, convém não

confundir os achados, para não baralhar aquilo que se procura. De referir que as escavações são acompanhadas pelo IPA e, naturalmente, a Câmara deu toda a colaboração aos trabalhos e sempre esteve disponível para o fazer, no aprofundamento do conhecimento da nossa História.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, às vezes, admira-se de ouvir o que ouve nesta reunião, de um Vereador que andou na escola e como, em geral, tem muito boa opinião dos professores, não acredita que nenhum professor de História do Vereador Pedro Ribeiro lhe tenha dado noções sobre a memória colectiva do nosso povo, compartimentada em gavetas estanques. Quando solicitou a intervenção do IPA no sentido de serem efectuadas as pesquisas impostas por lei e ser feito o acompanhamento preventivo das obras de saneamento, e após uma reunião técnica com responsáveis desse organismo, o mesmo solicitou à Câmara, depois de ouvir pessoas entendidas sobre a história do nosso Concelho e aceder a documentos de relevante interesse histórico, que, para além de acompanharem as obras de saneamento, fossem feitas sondagens preventivas em toda a zona do Paço Real. E quando fala em Paço não está a delimitar a zona restrita à residência real, refere-se a toda a zona de implantação do Paço com as infraestruturas próprias que o serviam, como igreja, cavalariças e demais imóveis de apoio às actividades quotidianas. Por isso, e na sequência, foram feitas estas sondagens preventivas numa zona onde os historiadores de Almeirim consideravam importante investigar, pela probabilidade de se encontrar um conjunto de vestígios que poderão fazer interligação com outros, na definição da vivência da época. Espera agora que estas investigações permitam avançar, para descobrir o passado fausto e glorioso, que pode contribuir para o desenvolvimento do futuro.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que poderá ter alguns problemas com a História, mas a Sr^a Vereadora tem-nos com o português: Por um lado, não compreende o que lhe dizem e, por outro, fala, fala, e não diz nada.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício questionou o Sr.

Presidente por não ter, novamente, agendado a aprovação das Contas da ALDESC, EM, ao que este respondeu que, dada a posição de alguns Vereadores, é possível ter que substituir alguns Vereadores.-----

-----O mesmo Vereador leu o seu requerimento, do seguinte teor:-

-----'De acordo com o número dois do artigo quarenta e sete, alínea e) do número três do artigo quarenta e oito e artigo sessenta e cinco da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro a certificação legal das contas e o parecer sobre as contas, apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, são obrigatórios em relação às contas do exercício de dois mil e sete e de anos seguintes.-----

-----Assim estranhamente ainda não foi nomeado o auditor externo previsto no número um do artigo quarenta e oito da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, que deve ocorrer no decurso do ano de dois mil e sete na medida em que o auditor externo deve, por força do disposto no número três, proceder anualmente à revisão das contas, competindo-lhe, entre outras funções, verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte, participar aos órgãos municipais as irregularidades, bem como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos, proceder à verificação dos valores patrimoniais, ou recebidos em garantia, depósito ou outro título e remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou da entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira, normas estas aplicáveis no exercício de dois mil e sete e seguintes.-----

-----Face à natureza das tarefas supra descritas, considera-se de realçar a importância da nomeação do auditor externo que já deveria ter tido lugar, sob pena de se pôr em causa o correcto desempenho das funções que lhe estão legalmente cometidas e ser um sério impedimento ao desempenho com rigor e transparência das funções para as quais legitimamente fomos eleitos.-----

-----De acordo com o número dois do artigo quarenta e sete da Lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, exige o facto que um revisor de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas proceda à certificação legal de contas e à elaboração de parecer sobre as contas, nos casos em que municípios detenham participações no capital de entidades do sector empresarial local. "O auditor externo é nomeado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da Câmara, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas".-----

-----Assim de acordo com a legitimidade que me assiste, eu Francisco Manuel Maurício do Rosário, vereador em exercício de funções no executivo municipal, venho requerer a V.Ex^a que de acordo com a alínea s) do número um do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro alterada pela Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, venho requerer as informações seguintes:-----

-----Primeiro - Qual a razão de não ter sido ainda nomeado o auditor externo?-----

-----Segundo - De acordo com o artigo vinte e sete da Lei cinquenta e três F barra dois mil e seis de vinte e nove de Dezembro ainda não nos foram facultados os seguintes documentos:

c) Documento de prestação anual de contas dois mil e seis-----

-----d) Relatório do primeiro trimestre de execução orçamental de dois mil e sete referentes à ALDESC.-----

-----Qual a razão para a falta destes documentos?-----

-----Terceiro - De acordo com a alínea d) do artigo quarenta e oito da Lei dois barra dois mil e sete é obrigatório o auditor externo "remeter semestralmente ao órgão deliberativo do município ou de entidade associativa municipal, consoante o caso, informação sobre a respectiva situação económica e financeira"; como vai ser cumprida esta exigência?'-----

-----O Sr. Presidente respondeu que está a decorrer o concurso para contratação da empresa e prevê-se para a próxima quarta-feira a abertura das propostas.-----

----Perguntou ainda o referido Vereador como poderá um autarca sem pelouro obter um esclarecimento dos serviços municipais.----

-----O Sr. Presidente respondeu que deve ser pedido ao Vereador responsável pelo respectivo Pelouro.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que já recebeu uma resposta, não muito agradável, de um funcionário a quem se dirigiu, de que os serviços estão interditados de dar respostas aos Vereadores sem pelouro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, se é um esclarecimento de cariz político, deve ser informado pelo Sr. Presidente. Se é de ordem técnico-administrativo, diz a lei que todos os cidadãos têm acesso a essa informação.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que o que está em causa é quem a presta e há regras estabelecidas por lei.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, como a Câmara ainda é tida como um órgão colegial no seu todo, se o funcionário ao negar uma informação a um Vereador, este pode mover-lhe um processo disciplinar.-----

-----Ficou esclarecido pelo Sr. Presidente que os pedidos de informação lhe devem ser presentes.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício disse que pretendeu esclarecer e não conseguiu por que taxa está a ser cobrado o IMI, já que está em vigor uma taxa de quatro por cento e o Sr. Presidente fez uma proposta de taxa de cinco por cento, que a Câmara aprovou.-----

-----O Sr. Presidente perguntou quem fez essa proposta e o Sr. Vereador respondeu que o próprio Presidente.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, então, o Sr. vereador deve interrogá-lo a si, que poderá dar uma resposta mais fidedigna que qualquer funcionário da Câmara.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, como cidadã, se pedir uma informação e não lhe for dada, pede o livro de reclamações.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício perguntou se o negócio de aquisição de terrenos para o parque de estacionamento da Rua Bernardo Gonçalves, em Almeirim, está completamente concluído,

inclusive com o Sr. Pena.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que não está concluído porque o proprietário não pode libertar o terreno a vender, de imediato.-
-----O Vereador interpelante perguntou se o proprietário vai arranjar espaço para as suas necessidades sem haver reformulação do negócio em reunião de Câmara, ao que o Sr. Presidente respondeu que o aludido proprietário está a envidar esforços para conseguir espaço para arrecadação das suas máquinas agrícolas.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício anunciou que tem três propostas a apresentar, uma de alteração à proposta de lançamento de derrama.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se a obra de electricidade de Paço dos Negros está resolvida, ao que o Sr. Presidente respondeu negativamente.-----
-----A mesma autarca disse que foi informado em reunião de Câmara que o contrato estava feito e perguntou se foi tomada alguma medida.-----
-----O Sr. Presidente respondeu que o primeiro classificado em concurso foi informado que a adjudicação está caducada.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1 - OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----
-----Manuel Cláudio Lopes - trezentos e trinta e cinco de dois mil e seis; Manuel Guardiano Brito - quarenta e sete; Susana Margarida dos Reis Fernandes de Oliveira - cinquenta e oito; Sofia Vital Batista - sessenta e sete; e Francisco Monteiro Silva Fidalgo - cento e quarenta e dois, os quatro de dois mil e sete.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos

despachos proferidos em sede de projectos globais, referentes aos processos de obras abaixo designados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Amândio Loureiro Fróis - noventa e cinco; Paulo Jorge Silva Cruz - duzentos e setenta e três; Francisco José Jara Marques - trezentos e trinta e oito; Manuel José Batista Flausino - trezentos e quarenta; Gabriel Jesus Henrique Bento - trezentos e quarenta e cinco, todos de dois mil e seis; Ana Maria Correia Almeida Bento - quarenta e oito; Manuel Francisco Oliveira Caleiro - cinquenta e três; Jorjauto - Sociedade de Comércio Rodoviário, SA - sessenta e um; Fernando Simão - SGPI, SA - sessenta e dois; Manuel José Sousa Castanheira - sessenta e nove; José Joaquim Rodrigues da Silva Lico - cento e doze; e Imoretalho - Gestão de Imóveis, SA - cento e setenta A, todos de dois mil e sete.-----

-----PEDIDO DE INFORMAÇÃO - Foi presente o pedido de informação de José Manuel da Silva Fidalgo, com destino a uma operação de loteamento urbano do seu prédio sito em Paço dos Negros.-----

-----Tem informação da DHU de que o local se insere dentro do perímetro do aglomerado urbano, é viável a criação de dois lotes para moradias unifamiliares e o requerente deve ceder cento e vinte e seis metros quadrados, destinados a espaços verdes e equipamento colectivo.-----

-----O Sr. Presidente perguntou ao consultor jurídico sobre a legalidade da presente operação urbanística, no terreno adjacente ao Pórtico de Paço dos Negros.-----

-----O jurista recordou uma intervenção que teve há meses numa reunião de Câmara, sobre o mesmo tema e na qual, resumidamente, foi dito: O PDM estabeleceu uma zona non aedificandi, no pressuposto de que estaria em curso um processo de classificação. Esse processo não teve desenvolvimento e o monumento em causa não logrou obter qualquer tipo de classificação. Perante este facto coloca-se a questão da manutenção dessa servidão non aedificandi num raio de cinquenta metros. Quando o próprio falou com o Gabinete Jurídico do IPPAR,

foi-lhe dito que o PDM tinha-o feito de forma ilegal, erro que é muito frequente, mas que é ilegal o estabelecimento de uma servidão antes da classificação. E não havendo classificação, obviamente não faz sentido manter a restrição que consta do PDM, pelo menos formalmente. Nesse sentido, seria possível deferir uma operação urbanística dentro daquela zona. A questão que se pode colocar é a de saber se a Câmara pretenderá ou não desencadear a classificação, como imóvel de interesse municipal. Todavia, e se bem se recorda, a lei não prevê servidões para esta hipótese.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se permite contestar o raciocínio apresentado pelo jurista. Primeiro, o estatuto non aedificandi que se aplica ao terreno adjacente ao Pórtico, comprado pelo José Manuel Fidalgo, já existia anteriormente ao interesse de classificação manifestado pelo IPPAR. O estatuto non aedificandi que se aplica ao terreno decorre do facto da Carta Arqueológica do PDM definir a mancha de interesse arqueológico, na qual se inclui esse terreno. Essa mancha definiu o provável interesse arqueológico, o que lhe atribuiu um estatuto non aedificandi. E argumentou com a informação do Arq^o Forte no processo que, em face dum parecer jurídico que considera terem sido feitas escavações e não tendo havido achados, cai o estatuto non aedificandi e não há limites à edificação. Ora isso não corresponde à verdade porque a natureza arqueológica do terreno não está ainda definida, visto que o Relatório que foi entregue não tem, por agora, nenhum valor, porque é meramente preliminar, se bem que a ERA não o identificou como tal, e para vir a ter valor e contribuir para alterar o estatuto do terreno estabelecido na Carta Arqueológica, tem que, primeiro, o IPA (actualmente com nova designação) aprovar o mesmo e dar conhecimento à Câmara do Relatório aprovado, o que ainda não aconteceu. Por isso, o estatuto non aedificandi do terreno continua até hoje a vigorar; por isso considera que, até hoje, qualquer pretensão de construir naquele terreno está inibida por lei e pelo estatuto non aedificandi, ainda em vigor, do terreno do José Manuel

Fidalgo.-----
-----O Sr. Presidente disse que foi aqui presente este processo com a questão levantada pela DHU e o esclarecimento do consultor jurídico mas, dadas as afirmações peremptórias da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, e com certeza serão bastante bem fundamentadas, abstem-se na votação.-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício referiu que lhe restam dúvidas, nomeadamente quanto à forma de medir os cinquenta metros de raio que define a zona non aedificandi e, por ter dúvidas, abstem-se.-----
-----O Sr. Vice-Presidente declarou abster-se.-----
-----Votaram a favor do deferimento do pedido os Srs. Vereadores José Carlos da Silva e Joana Batista.-----
-----Votaram contra os Srs. Vereadores Manuela Cunha e Victor Pedro.-----
-----Verificado o empate a dois votos, a Sr^a Vereadora Manuela Cunha aludiu ao voto de qualidade do Sr. Presidente, ao que este reafirmou o seu sentido de voto, o mesmo acontecendo com os restantes membros.-----
-----Dado que a votação se mostrou ineficaz, o assunto será presente à próxima reunião, nos termos do número quatro do Artigo noventa da Lei das Competências.-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----
-----CONCURSO PARA SELECÇÃO DE ENTIDADE PRIVADA PARA EXPLORAÇÃO DO CENTRO DE CORTE E FABRICO DE ENCHIDOS TRADICIONAIS - Com a presença do consultor jurídico Victor Batista, o executivo deu início à apreciação da proposta do Sr. Presidente com vista à aprovação do processo de concurso para Selecção de Entidade Privada para Exploração e Gestão, em Regime de Arrendamento, do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim, composto por Estudo de Viabilidade Económica e Financeira, Programa de Concurso e Caderno de Encargos e minuta do Contrato de Arrendamento.-----
-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não teve tempo para

ver os documentos que lhe foram enviados e pediu o adiamento do assunto, em primeiro lugar porque o documento agora entregue difere do anterior no que toca à pontuação.-----

-----O consultor jurídico referiu que a diferença está na deslocação de duas alíneas, que estavam num sítio e passaram a estar noutro, quanto ao Artigo quinto e outras duas que se encontravam no Artigo onze e passaram para o Artigo dez.-----

-----O Sr. Presidente perguntou aos Srs. Vereadores quem não está em condições de votar.-----

-----O Sr. vereador Francisco Maurício referiu que os documentos apresentados são mais de natureza política que técnica e o objecto é entendível. E acrescentou que só vê sentido àquele Centro se for a Encherim a explorar as instalações e custar-lhe-ia que outra entidade viesse fazer a exploração daquele Centro e acabar com os talhos de Almeirim. Também não gostaria de ver o bom nome da Câmara nem dos autarcas envolvido em situação menos legítimas, por isso o executivo tem de estar bem seguro da legitimidade do que vai aprovar.-----

-----O Dr. Victor Batista esclareceu que o que está em causa é saber que critérios poderiam ser escolhidos, acautelando a ideia primordial de manter a qualidade dos enchidos tradicionais na base da sopa de pedra, assegurando a sua manutenção sem ser restritivos da concorrência.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez questão que estas suas palavras ficassem em Acta, de que é um concurso internacional e o concurso não tem limite de concorrentes, confirmado pelo Dr. Victor Batista.-----

-----Submetida a votação a proposta do Sr. Presidente, foi a mesma aprovada por maioria, com a aprovação de todos os documentos que a integram, com os votos contra da Sr^a Vereadora Manuela Cunha e Victor Pedro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que, em nome da CDU, vota contra e faz voto de vencido, resumidamente, pelas seguintes razões: «Em Janeiro de dois mil e sete o Sr. Presidente e a sua maioria na Câmara apresentaram um contrato de concessão, no sentido de entregar aquele Centro à cooperativa

Encherim, porque desde o primeiro dia foi dito que as instalações eram para aquela cooperativa, o que se concretizaria sob a forma de concessão. Em Fevereiro de dois mil e sete foi retirada essa proposta e apresentado um protocolo de arrendamento das instalações, entre a Câmara e a Cooperativa. Agora é apresentado um concurso público para arrendamento. Primeiro, estamos perante duas situações: ou o Sr. Presidente mais o PS propõem-se, através de concurso público, abrir a possibilidade de várias entidades disputarem entre si e em pé de igualdade no quadro dos parâmetros definidos pelo Caderno de Encargos, a futura gestão - e então, se acreditamos nisto a proposta é uma traição ao que sempre foi prometido aos produtores associados na Encherim, visto que sempre foi dito que a construção do Centro era para eles, em todos os discursos e documentos existentes em arquivo é referido que se estava a construir o Centro para salvar os enchidos tradicionais; ou, segunda possibilidade, este concurso público é um faz de conta, o corpo normativo do Caderno de Encargos restringe as condições para que só um concorrente tenha hipótese de ganhar - e considero que possamos não estar perante a atitude mais legítima, de uma Câmara que constrói um equipamento e o põe a concurso. Podemos mesmo estar nos limites da legalidade. Por isso, o que justifiquei vem na sequência de tudo aquilo que afirmei e defendi ao longo de vários anos, inclusive no anterior mandato, é que estamos perante uma farsa que pode virar uma tragédia para os mais ingénuos dos produtores de enchidos de Almeirim e talhantes que acreditaram no processo e não será muito difícil que uma agro-alimentar, mesmo no quadro das exigências/moldes do Caderno de Encargos, ganhar este concurso, até porque hoje, segundo parece, existem agro-alimentares que vendem chouriço para restaurantes de Almeirim com características muito similares e, provavelmente, também poderão apresentar facturas desse exercício comercial. Para mim, qualquer que seja a hipótese em causa, a primeira ou a segunda, tudo prova o que sempre afirmei, que este processo foi mal conduzido e pode vir a hipotecar e ameaçar a produção do

chouriço tradicional de Almeirim e provocar graves danos sociais nos talhantes e produtores de enchidos concelhios. Relembro, ao contrário do que foi afirmado hoje, que uma parte significativa de produtores saíram da Encherim e os que se mantêm estão com grandes dúvidas acerca do seu futuro. O processo começou ao contrário e, se pretendia preservar os enchidos tradicionais, a Câmara tinha à sua disposição meios para o fazer, sob outro formato, ou para ajudar os produtores a fazê-lo, sendo que deveriam sempre ser eles a conduzir o processo e não a Câmara, e esta devia só apoiar. Mas assim não aconteceu e a Câmara tornou-se dona da obra de uma fábrica. Grave ainda é o facto que os estudos encomendados e pagos pela Câmara, que sustentam todo este processo, são, no mínimo, ridículos em alguns dados. Para acabar, relembro o que já afirmei noutra Acta: o próprio empréstimo que a Câmara fez na banca, para construir a instalação industrial, foi ilegal, porque ultrapassava o nível de endividamento nesse ano e o processo não estava devidamente homologado - posso afirmá-lo com novos documentos que me chegaram. Por isso, voto contra e faço voto de vencido em relação a estes documentos aqui apresentados e prevejo que, não só os talhantes, como aquela instalação, não vão ter um futuro brilhante, nem vão contribuir para melhorar a qualidade de vida e produção no Concelho. Relembro o caso de De Gaulle e a construção de La Villette, que não veio a servir os fins para que foi criado e foi mais tarde transformado em museu. Quando os olhos são maiores que a barriga, é isso que acontece.»-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro leu a seguinte declaração de voto:-----

---- O PSD de Almeirim entende que o projecto do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim poderá ser uma solução para a defesa da economia do Concelho associada à comercialização de enchidos e à gastronomia local, designadamente no que se refere à "Sopa da Pedra". Inevitavelmente, os enchidos de Almeirim estão associados à "Sopa da Pedra", representando esta última uma parte importante da economia local.-----

O PSD de Almeirim acredita que o Centro de Corte e Fabrico de Enchidos poderá potenciar a comercialização e a defesa da marca dos enchidos de Almeirim. Paralelamente, esta actividade poderá ter impacto positivo na restauração, permitindo crescer o turismo gastronómico e rural. Veja-se os dados referidos (apesar de serem de dois mil e dois) indicam que o rácio da receita de restauração per capita foi cerca de duzentos e cinquenta e um euros no Concelho de Almeirim e de cerca de duzentos e quarenta e três euros nos restantes Concelhos da Lezíria.-----

-----Indo ao encontro dos desafios e ameaças lançados pela economia, o Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim poderá ser uma forma de fomentar a comercialização dos enchidos de Almeirim, mantendo as características tradicionais do enchido de Almeirim.-----

-----Considera também o PSD de Almeirim que as regras de confecção dos enchidos devem adequar-se às exigências levantadas pelo actual quadro normativo comunitário referente à certificação da qualidade alimentar.-----

-----Neste contexto, e face ao enquadramento económico e social actual, o Centro de Corte e fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim poderá ser uma forma de promover a confecção e comercialização dos enchidos produzidos e vendidos pelos agentes económicos locais.-----

-----Assim, a todos os projectos que promovam a defesa dos interesses de Almeirim, o PSD de Almeirim dará o seu apoio e empenho político, e espera que as restantes forças políticas adoptem o mesmo sistema de reciprocidade.-----

-----Apesar de o PSD de Almeirim entender que o Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim poderá ser uma mais valia para a economia de Almeirim, importará respeitar a vontade dos agentes locais que pretendam manter a sua forma de produção individual, desde que os mesmos respeitem os requisitos legais de certificação.-----

-----Contudo, a Vereação de Almeirim vota contra e faz voto de vencido quanto ao lançamento deste concurso, face aos moldes em

que decorreu o processo de concessão da exploração e gestão do Centro de Corte e Fabrico de Enchidos Tradicionais de Almeirim. No devido tempo, a Vereação do PSD alertou para as dúvidas que a proposta agendada apresentava, pelo que o papel do PSD foi de oposição responsável, que independentemente dos autores da proposta (nesta caso o PS), avalia em função dos interesses do Concelho.-----

-----A Vereação do PSD lamenta que o Partido Socialista não tenha acautelado desde o início a linearidade jurídica do procedimento concursal, pelo que neste concurso o PSD não poderá assumir responsabilidades que poderão extravasar o âmbito da responsabilidade autárquica»-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício declarou que «voto favoravelmente, no pressuposto da legalidade jurídica do processo, nomeadamente no que se refere aos critérios de selecção e ordenação dos candidatos. E faço votos para que, no final, a concessão seja atribuída à Encherim, porque no caso contrário, de a concessão ser atribuída a uma empresa exterior ao Concelho, poderá pôr em risco toda a produção de enchidos do Concelho de Almeirim. Que seja um final feliz para uma história cheia de episódios perfeitamente evitáveis.»-----

-----O Sr. Presidente justificou o seu voto favorável: «Porque acabamos por votar hoje um processo de concurso que foi, porventura, o mais trabalhado e o mais discutido, quer pelos juristas, quer pelo executivo, com, inclusivamente, consulta prévia ao Sr. vereador Pedro Pisco dos Santos, jurista também ele, que analisada esta proposta me disse ser a mais aconselhada e a mais transparente que podíamos adoptar. Recordo ainda que este processo já esteve em apreciação em reunião do executivo, mereceu aí os mais variados comentários e, por força deles, se encaminhou para esta proposta, considerada, como já disse, a mais aconselhada para um concurso de selecção de um parceiro privado para o arrendamento. Por último, faço votos de que a primeira página do Almeirinese não se esqueça de trazer a minha comparação ao General De Gaulle.»-----

-----ZONA DE ACTIVIDADES DIVERSIFICADAS - Foi presente a proposta do Sr. Presidente com vista à aprovação, a ser submetida à Assembleia Municipal, da definição de utilização para a Zona de Actividades Diversificadas dos mesmos índices previstos na alínea a) do ponto um do Artigo quarto do Regulamento do PDM, que prevê: «As áreas destinadas a indústria ligeira estão enquadradas nos perímetros urbanos de Almeirim e Benfica - Cortiçóis, conforme indicado nas respectivas cartas Urbanísticas. O regulamento destas áreas é o que consta do Regulamento do respectivo PGU, designadamente: a) Volume máximo de construção de cinco metros cúbicos por metro quadrado da área do lote, não podendo no entanto o índice de ocupação do solo ser superior a zero, vírgula, sete.»-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que se está a ir ao encontro do PDM e recusar o processo apresentado para construção nesta zona seria um desvio às normas do PDM. No referido processo, de Toniauto, a Câmara não dava andamento por falta de regulamento ou Plano de Pormenor e pergunta se agora a Câmara pode licenciar em definitivo, sendo que a densidade é um elemento a ponderar, com a definição de uma parte dos critérios, desde que não vá contra o PDM. Se o consultor jurídico lhe assegurar que não há ilegalidade, e com a densidade e índice de ocupação do solo iguais aos da Zona Industrial, não vê impedimento.-----

-----O Dr. Victor Batista esclareceu que a Zona de Actividades Diversificadas ficou assim no PDM, como uma zona de reserva que possibilitaria as adaptações necessárias. Em rigor, a forma juridicamente mais correcta é a elaboração de Plano de Pormenor definidor, porém, o processo é moroso. Em caso de inspecção e do ponto de vista formal, não será a forma mais correcta de resolver e poderá haver reparo, mas não podemos perder de vista a substância. A aprovação fora desse parâmetro deve apresentar-se enquadrada nas construções idênticas da Zona Industrial. O acto de licenciamento pode ser passível de arguir a anulabilidade, o que tem a ver com a mera questão formal, por falta de critérios próprios, já que não existe norma que o

preveja. É aceitável a analogia com as construções da Zona Industrial, por serem as que mais se adequam à ocupação prevista para aquele espaço, logo, a Câmara não está a cometer uma violação de lei, mas um vício de forma, por falta de norma que permita a aprovação.-----

-----O Sr. Presidente referiu que a zona está criada no âmbito do PDM e perguntou se, na falta de regulamentação, que será definida com recurso às competências internas do executivo e da Assembleia Municipal, a aplicação da analogia com a zona industrial, também ela definida em PDM, não é suficiente para conferir legalidade à norma ora aplicada.-----

-----O consultor jurídico respondeu que a norma que atribuirá eficácia plena a qualquer definição, no âmbito da Zona de Actividades Diversificadas, será o Plano de Pormenor e o PDM não prevê que a esta se apliquem supletivamente as normas da Zona Industrial. Esta medida é aceitável por analogia, devendo o instrumento regulador próprio consagrar no seu texto a norma que se entendeu aplicável.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se o cidadão que solicitou o licenciamento não pode processar a Câmara por omissão, por ter sido criada uma expectativa para aquela zona, sem que regulamentasse a sua concretização.-----

-----O jurista respondeu negativamente.-----

-----A mesma autarca solicitou que o parecer do Dr. Victor Batista seja apresentado por escrito, anexado à proposta.-----

-----Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Victor Pedro e a abstenção da Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que declarou:-----

-----«Abstenho-me por não ter suporte legal escrito, embora não deixe de partilhar o sentido de que é urgente a definição de normas urbanísticas que permitam aos particulares desenvolverem normalmente a sua actividade e porque, aos anos que o PDM existe, a situação já devia ter sido resolvida.»-----

-----HORÁRIO DE ESTABELECIMENTOS - O Sr. Presidente perguntou ao consultor jurídico se a Câmara pode deliberar quanto à

autorização a conferir às Grandes Superfícies Comerciais para
abrirem ao público nas tardes de Domingo, ao que o jurista
respondeu negativamente, por falta de competência na matéria.---

-----Às dezoito horas e cinco minutos o Sr. Presidente declarou
encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
